



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'W12' at the bottom right.]

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2023

O presente Relatório visa espelhar de um modo geral a actividade física e financeira desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena no ano 2023.

Apesar das inúmeras dificuldades sentidas, o ano 2023, à semelhança do ano transato ficará também conhecido como mais um ano exemplar no que respeita ao resultado líquido positivo alcançado. Isto porque, no que respeita a valores contabilísticos, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena teve rendimentos no valor de 2.649.539,13€ e gastos no valor de 2.494.976,93€, obtendo assim, um resultado líquido positivo de 154.562,20€, conforme se poderá verificar na informação financeira em anexo, nomeadamente, balanço, demonstração de resultados e outros documentos de relato financeiro.

No setor solidário e social, um resultado líquido positivo de 154.562,20€ é, certamente, consequência de uma gestão criteriosa, cautelosa, exigente e muito rigorosa por parte da Mesa Administrativa, a quem competiu decidir sobre determinadas mudanças e continuar a implementar novas medidas e regras, que se traduziram em dois principais objetivos, nomeadamente, garantir o bom funcionamento de todas as respostas sociais e melhorar a qualidade do serviço prestado a todos os utentes, com recurso a uma redução da despesa e a um aumento da receita.

Contudo, o ano 2023, ficou marcado pela elevada inflação que se traduziu num aumento significativo da despesa no geral, registando-se um aumento nos gastos na ordem dos 10% no que respeita à aquisição de bens e serviços bem como nos gastos com o pessoal, contudo, os gastos de financiamento sofreram um aumento abrupto na ordem dos 30%, o que representou um aumento de gastos em termos de juros de financiamento superior a vinte e cinco mil euros quando comparado com o ano transato. Estas situações vieram demonstrar que cada vez mais importa seguir critérios que permitam implementar e seguir as boas práticas de gestão, as quais exigem um rigor e uma disciplina financeira planeada e controlada.

No que respeita ao Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena restituiu o montante de 75.000,00€ ficando ainda em dívida o montante de 40.000,00€.

Fruto do árduo trabalho desenvolvido, o passivo da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

de Pena, no ano 2023, diminuiu em 202.613,91€. No que diz respeito aos Resultados Transitados, importa salientar que os prejuízos acumulados já foram eliminados com os resultados positivos alcançados nos últimos anos.

Ora, estes factos comprovam que, com esforço e vontade é perfeitamente possível inverter a situação de debilidade económica e financeira que assombrou a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena durante alguns anos, bem como demonstra o seu potencial em termos de sustentabilidade e de futuro.

Com base nestes resultados entendemos, haver ainda muito a fazer pelo que no ano corrente, esta instituição deve continuar a trabalhar com o mesmo rigor e seguir as mesmas linhas de orientação dos anos transatos.

De salientar também, a árdua batalha com que a Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena se tem debatido para defender o bom nome da instituição e zelar, em primeira instância, pelo interesse dos seus utentes e trabalhadores em geral. Razão esta que tem estado e continuará a estar em prol de todos os objectivos definidos e alcançados, até porque, mesmo com todas as adversidades criadas, o trabalho social desenvolvido tem estado sempre à vista de todos aqueles que, com boa fé, têm tido a oportunidade de o observar.

Por tudo isto, é com enorme responsabilidade e espírito de missão que a Mesa Administrativa se compromete a exercer as suas funções com o máximo de rigor, de transparência e de respeito, pautando sempre pelo cumprimento de toda e qualquer matéria legal relacionada com os assuntos da sua competência.

Por último, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena agradece, reconhecidamente, a todos aqueles que colaboram com a Instituição, em especial, aos restantes membros dos Órgãos Sociais, Irmãos, Utentes e Familiares, Colaboradores em geral e Prestadores de Serviços, os quais de forma direta ou indireta, muito contribuíram para o excelente resultado positivo obtido no ano 2023.

Este Relatório irá acompanhar os restantes documentos contabilísticos a remeter ao Conselho Fiscal para a sua apreciação.

Ribeira de Pena, 27 de março de 2023



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

A Mesa Administrativa

[Signature]

Américo Manuel Pereira Costa

Paulo Paschoa Oliveira

Manuela Pinto Falcão

Luís António Silva

Manuel Dias

António Luís de Jesus



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Reunido aos vinte e sete dias de março do ano de 2024, o Conselho Fiscal da entidade denominada “**Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena**”, com o propósito de se pronunciar sobre o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2023. Após terem sido efetuados diversos testes é nossa opinião que as contas e o Relatório estão em conformidade com a legislação em vigor, pelo que as contas devem ser aprovadas e os resultados obtidos no valor de **154 562,20€** devem ser aplicados em resultados transitados na sua totalidade.

Ribeira de Pena, 27 de Março de 2024

O Presidente do Conselho Fiscal



(António Carlos Pacheco Afonso)

A Vice-Presidente



(Maria José Aves Portela)

Secretário



(Ângelo Gaspar da Silva)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA

Anexo

27 de março de 2024

Índice

<u>1</u>	<u>Identificação da Entidade</u>	4
<u>2</u>	<u>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras</u>	4
<u>3</u>	<u>Principais Políticas Contabilísticas</u>	5
<u>3.1</u>	<u>Bases de Apresentação</u>	5
<u>3.2</u>	<u>Políticas de Reconhecimento e Mensuração</u>	6
<u>4</u>	<u>Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:</u>	12
<u>5</u>	<u>Activos Fixos Tangíveis</u>	12
<u>6</u>	<u>Activos Intangíveis</u>	13
<u>7</u>	<u>Locações</u>	15
<u>8</u>	<u>Custos de Empréstimos Obtidos</u>	15
<u>9</u>	<u>Inventários</u>	15
<u>10</u>	<u>Rédito</u>	16
<u>11</u>	<u>Provisões, passivos contingentes e activos contingentes</u>	16
<u>12</u>	<u>Subsídios do Governo e apoios do Governo</u>	16
<u>13</u>	<u>Efeitos de alterações em taxas de câmbio</u>	16
<u>14</u>	<u>Imposto sobre o Rendimento</u>	16
<u>15</u>	<u>Benefícios dos empregados</u>	16
<u>16</u>	<u>Divulgações exigidas por outros diplomas legais</u>	17
<u>17</u>	<u>Outras Informações</u>	17
<u>17.1</u>	<u>Investimentos Financeiros</u>	17
<u>17.2</u>	<u>Clientes e Utentes</u>	17
<u>17.3</u>	<u>Outras contas a receber</u>	18
<u>17.4</u>	<u>Diferimentos</u>	18
<u>17.5</u>	<u>Outros Activos Financeiros</u>	18
<u>17.6</u>	<u>Caixa e Depósitos Bancários</u>	18
<u>17.7</u>	<u>Fundos Patrimoniais</u>	19
<u>17.8</u>	<u>Fornecedores</u>	19
<u>17.9</u>	<u>Estado e Outros Entes Públicos</u>	19
<u>17.10</u>	<u>Outras Contas a Pagar</u>	19
<u>17.11</u>	<u>Subsídios, doações e legados à exploração</u>	20
<u>17.12</u>	<u>Fornecimentos e serviços externos</u>	20
<u>17.13</u>	<u>Outros rendimentos e ganhos</u>	20
<u>17.14</u>	<u>Outros gastos e perdas</u>	20

<u>17.15 Resultados Financeiros</u>	21
<u>17.16 Acontecimentos após data de Balanço</u>	21

1 Identificação da Entidade

A "SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com registo lavrado pelo averbamento n.º 2, à inscrição n.º 01/90 a fls. 80, do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República n.º402/85 de 11 de Outubro aprovado pela Portaria n.º 139/2007 de 29 de Janeiro, com sede em LUGAR DO CAVALINHO – RIBEIRA DE PENA. Para concretização do seu fim, a Misericórdia pode conceber bens e desenvolver atividades de intervenção social, prestando serviços e outras iniciativas do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, designadamente:

- a) Apoio à infância e juventude, designadamente a crianças e jovens em perigo;
- b) Apoio às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e incapacidade, às pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e a vítimas de violência doméstica;
- c) Apoio à família e comunidade em geral;
- d) Apoio à integridade social e comunitária;
- e) Proteção Social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- f) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, designadamente através da criação, exploração e manutenção de hospitais, unidades de cuidados continuados e paliativos, serviço de diagnóstico e terapêutica, cuidados primários de saúde e tratamento de doenças do foro mental ou psiquiátrico e de demência, bem como aquisição e fornecimento de medicamento e assistência medicamentosa;
- g) Salvaguarda e defesa do património cultural e artístico, material e imaterial, religioso ou não;
- h) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulher;
- i) Habitação e turismo social;
- j) Empreendedorismo e outras respostas e serviços não incluídos nas alíneas precedentes, que contribuam e para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos e para a sustentabilidade da Instituição.
- k) Realizar as atividades, nomeadamente, através das respostas sociais de Creche, Infantário, Educação Pré-Escolar, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI), Unidade de Cuidados Intensivos de Média e Longa Duração (UCIMLD), Lares Residenciais para Deficientes, Cantinas Sociais, Programas de Desenvolvimento Local (CLDS) podendo, para o efeito realizar Acordos de Cooperação com entidades Governamentais ou outras, nos termos legais.
- l) Pode ainda a Instituição prosseguir qualquer outra atividade através de respostas sociais, existentes ou que possam vir a ser criadas, que caibam no âmbito das suas atribuições gerais, supra referidas e nos termos legais.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os

quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexistência influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido aplicadas as taxas mínimas do método das quotas constantes.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	100
Equipamento básico	12
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de compra, sendo que, a existir, se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método não constante/ano civil em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	10

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao preço do custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o método FIFO (first in, first out).

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares provenientes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros, encontram-se registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

O saldo das contas “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontra-se registado pelo seu valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, as situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativo não Corrente.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registradas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	0.00	0.00	0.00	0.00	5 210 808.32
Equipamento básico	860 798.34	2 250.35	0.00	0.00	0.00	863 048.69
Equipamento de transporte	185031.41	0.00	0.00	0.00	0.00	185031.41
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	110 640.92	4 236.00	0.00	0.00	0.00	114 876.92
Outros Ativos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	6 379 906.00	6 486.35	0.00	0.00	0.00	6 386 392.35
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	1 101 345.93	52 040.67	0.00	0.00	0.00	1 153 386.60
Equipamento básico	724 372.16	8096.49	0.00	0.00	0.00	732 468.65
Equipamento de transporte	160 901.41	6020.00	0.00	0.00	0.00	166 921.41
Equipamento administrativo	119 544.04	2 595.01	0.00	0.00	0.00	122 139.05
Ferramentas e Utensílios	77 466.62	804.82	0.00	0.00	0.00	78271.44
Outros Ativos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	2 196 257.17	69556.99	0.00	0.00	0.00	2 265 814.16

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	5 210 808.32	44 794.51	0.00	0.00	0.00	5 255 602.83
Equipamento básico	863 048.69	19 093.17	0.00	0.00	0.00	882 141.86
Equipamento de transporte	185031.41	77 490.00	74 198.91	0.00	0.00	188 322,50
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Equipamento administrativo	114 876.92	0.00	0.00	0.00	0.00	114 876.92
Outros Ativos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	6 386 392.35	141 377.68	74 198.91	0.00	0.00	6 453 571,12
Depreciações Acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Edifícios e outras construções	1 153 386.60	54262.05	0.00	0.00	0.00	1 207 648.65
Equipamento básico	732 468.65	10 900.22	0.00	0.00	0.00	743 368.87
Equipamento de transporte	166 921.41	21 518.00	74198.91	0.00	0.00	114 240.50
Equipamento biológico	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Equipamento administrativo	122 139.05	2 853.49	0.00	0.00	0.00	124 992.54
Ferramentas e Utensílios	78 271.44	804.82	0.00	0.00	0.00	79 076.24
Outros Ativos fixos tangíveis	12 627.01	0.00	0.00	0.00	0.00	12 627.01
Total	2 265 814.16	90 338.58	74198.91	0.00	0.00	2 281 953.81

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Ativos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Ativos intangíveis	13912.78	492.00	0.00	0.00	0.00	14 404.78
Total	13 912.78	492.00	0.00	0.00	0.00	14 404.78
2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projetos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Outros Ativos intangíveis	15347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Total	15 347.78	0.00	0.00	0.00	0.00	15 347.78
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Projectos de Desenvolvimento	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Programas de Computador	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Propriedade Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Activos intangíveis	14 404.78	492.00	0.00	0.00	0.00	14896.78
Total	14 404.78	492.00	0.00	0.00	0.00	14896.78

7 Locações

A Entidade não detém qualquer locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0.00	2 158 553.36	2 158 553.36	0.00	2 054 664,50	2 054 664,50
Locações Financeiras	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas bancárias de letras descontadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0.00	115 000.00	115 000.00	0.00	40 000,00	40 000,00
Total	0.00	2 273 553.36	2 273 553.36	0.00	2 094 664,50	2 094 664,50

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022			2023			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0	0.00	0.00	0	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17 941.83	250 783.19	0.00	17 371.19	265 531,36	0.00	16 398.55
Produtos acabados e intermédios	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

refugos							
Produtos e trabalhos em curso	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Total	17 941.83	250 783.19	0.00	17 371.19	265 531,36	0.00	16 398.55
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				251 353.83			266 504.00
Variações nos inventários da produção				0.00			0.00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2023
Vendas	0.00	81.00
Quotas de utilizadores	654 837.44	744 238.95
Quotas e jóias	3 400.00	1 565.00
Serviços Secundários	4 380.72	2 556.00
Subsídios, doações e legados à exploração	2 065 974.94	1 802 304,72
Outros rendimentos e ganhos	90 146,63	98 793.46
Juros	0.00	0.00
Total	2 818 739.73	2 649 538.13

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 202 e 202, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2023
Subsídios do Governo		
ISS, IP – Centro Distrital	1 338 744.62	1 346 769.61
ISS - Fundo de Socorro Social	250 000.00	0.00
Subsídio de outras entidades	442 297.55	454 746.13
Apoios do Governo		
Total	2 065 974.94	1 802 304.72

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2023, foram, respetivamente 11. No dia 28-12-2022 realizou-se o Ato Eleitoral para eleger os Corpos Sociais da Instituição para o Quadriénio 2023/2026. Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 era 112 e em 31/12/2023 era 112.

Os gastos que a Entidade incorreu com os trabalhadores foram os seguintes:

Descrição	2022	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao pessoal	1 209 379.69	1 328 832.13
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	625.94	0.00
Encargos sobre as Remunerações	255 533.86	269 234.18
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	14 022,74	19 118.30
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	22 184.08	23 673.06
Total	1 501 746.31	1 640 857.67

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Encontra-se registado no Fundo de Compensação dos trabalhadores o montante de 5 271.06.

17.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	125 543.94	117 590.94
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	0.00	0.00
Total	125 543.94	117 590.94

17.3 Outras contas a receber e a pagar

A rubrica “Outras contas a receber e a pagar” sub conta Devedores e Credores por acréscimos de gastos e rendimentos tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2023
Remunerações a Liquidar	168 895.76	175 987.76
Fornecimentos e Serviços	7 777.15	12 163.46
Encargos sobre Remunerações	37 664.00	19 622.64
Juros	1 032.39	7 984.74
Devedores por acréscimos de rendimentos	61 421,49	57 135.32

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2023
Gastos a Reconhecer		
	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Rendimentos a Reconhecer		
	40 970.14	40 970.14
Total	40 970.14	40 970.14

17.5 Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2022	2023
Crédito Agrícola	500.00	500.00
Total	500.00	500.00

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e 2023 encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2023
Caixa	482.66	800.90
Depósitos à ordem	290 581.39	152 935.32
Depósitos a prazo	0.00	0.00
Outros	0.00	0.00
Total	291 064.05	153 736.22

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	62 848.54	0.00	0.00	62 848.54
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	815 928.16	0.00	0.00	815 928.16
Resultados transitados	-130 568.85	0.00	525 074.23	394 505.38
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 329 317.57	0.00	0.00	1 265 557.63

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Fornecedores c/c	67 042.33	49 325.92
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0.00	0.00
Total	67 042.33	49 325.92

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0.00	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	8 547.90	5 548.60
Segurança Social	24 455.86	33 193.31
Outros Impostos e Taxas	-266.22	0.00

Total	32 737.54	38 741.91
--------------	------------------	------------------

17.10 Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica "Outras contas a receber e a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	0.00	0.00	0.00	0.00
Remunerações a pagar	0.00	713.44	0.00	0.00
Cauções	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras operações	0.00	0.00	0.00	1 1245.76
Perdas por imparidade acumuladas	0.00	0.00	0.00	0.00
Fornecedores de Investimentos	0.00	7 077.52	0.00	8 237.89
Credores por acréscimo de gastos	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros devedores e credores	0.00	602 846.64	0.00	582 044.98

17.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	2 065 974.94	1 802 304.72
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	0.00	0.00
Legados	0.00	0.00
Total	2 065 974.94	1 802 304.72

17.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2022	2023
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	170 476.23	232 304.05
Materiais	4 318.09	10 390.02
Energia e fluidos	148 744.85	88 822.10
Deslocações, estadas e transportes	1 147.44	724.73
Serviços diversos	54 727.24	58 492.49
Total	379 413,85	390 733.39

17.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Rendimentos Suplementares	609.00	737.20

Descontos de pronto pagamento obtidos	368.01	813.68
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	5 500.00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	2 500.00	0.00
Outros rendimentos e ganhos	86 669.62	91 742.58
Total	90 146.63	98 793.46

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

17.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2023
Impostos	840.68	1 011.00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	100.00
Perdas em inventários	0.00	0.00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	32 193.00	21 481.71
Ações de Formação financiadas pelo F.S.E e outros	0.00	0.00
Total	33 033.68	22 592.71

17.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	59 306,96	84 831.95
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0.00	0.00
Outros gastos e perdas de financiamento	0.45	0.00
Total	59 307.41	84 831.95
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0.00	0.00
Dividendos obtidos	0.00	0.00
Outros Rendimentos similares	0.00	0.00
Total	0.00	0.00
Resultados Financeiros	-59 307.41	-84 831.95

17.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

RIBEIRA DE PENA, 27 de março de 2024

A Contabilista Certificada n.º 84893

A Mesa Administrativa

Olivia Martins

[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]
[Handwritten Signature]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501404007

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Bens do património histórico e artístico e cultural		4 171 617,31	4 120 578,19
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		451,00	943,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		6 279,25	4 164,26
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		0,00	0,00
		4 178 347,56	4 125 685,45
Activo corrente			
Inventários			
Créditos a receber		16 398,55	17 371,19
Estado e outros entes públicos		117 590,94	125 543,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	266,22
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		679 389,23	697 343,30
		153 736,22	291 064,05
		967 114,94	1 131 588,70
Total do ativo		5 145 462,50	5 257 274,15
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos		62 848,54	62 848,54
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		815 928,16	815 928,16
Excedentes de revalorização		394 505,38	-130 568,85
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		1 265 557,63	1 329 317,57
Resultado líquido do período		2 538 839,71	2 077 525,42
Total dos fundos patrimoniais		154 562,20	525 074,23
		2 693 401,91	2 602 599,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		2 054 664,50	2 158 553,36
		40 000,00	115 000,00
		2 094 664,50	2 273 553,36
Passivo corrente			
Fornecedores			
Estado e outros entes públicos		49 325,92	67 042,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		38 741,91	33 003,76
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		40 970,14	40 970,14
		228 358,12	240 104,91
		357 396,09	381 121,14
Total do passivo		2 452 060,59	2 654 674,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 145 462,50	5 257 274,15

A Direcção

[Assinatura]
Macedo & Paalhão & Pires

O responsável

[Assinatura]

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 379 625,31	1 086 216,35
Pagamentos de subsídios		1 157 975,75	1 476 669,60
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-320 694,65	-396 737,86
Pagamentos ao pessoal		-1 419 126,96	-1 253 827,89
Caixa gerada pelas operações		797 779,45	912 320,20
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 719,24	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-412 632,44	-263 860,95
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		387 866,25	648 459,25
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-246 659,66	-129 904,29
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		466,98	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-246 192,68	-129 904,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-103 888,86	-105 655,10
Dividendos		-99 767,69	-57 576,21
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-75 000,00	-75 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-278 656,55	-238 231,31
Efeito das diferenças de câmbio		-136 982,98	280 323,65
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		291 064,05	10 740,40
		153 736,22	291 064,05

A Direcção

O Responsável

Oliver António

Exercício de 2023

Demonstração do Gasto das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Mod. 1045

Moeda: Euros

Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	17 371,19
Compras	0,00	265 531,36
Autoconsumos		0,00
Regularização de Existências	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	16 398,55
Gasto do Período	0,00	266 504,00

Demonstração da Variação da Produção

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS DESPERDÍCIOS RESÍDUOS E REFUGOS	PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO
Aumento / redução no exercício	0,00	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00	0,00
Existências iniciais	0,00	0,00	0,00
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE RIBEIRA DE PENA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Contribuinte: 501404007

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		748.440,95	662.618,16
Subsídios, doações e legados à exploração		1.802.304,72	2.065.974,94
Subsídios das Entidades Públicas		1.800.662,72	2.057.910,94
ISS, IP - Centros Distritais		1.347.558,59	1.618.392,32
ISS, IP - Apoios excepcionais e extra		0,00	5.285,07
Outras entidades públicas		453.104,13	434.233,55
Subsídios de outras entidades		1.642,00	8.064,00
Doações e heranças		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		265.130,65	250.115,26
Fornecimentos e serviços externos		390.733,39	379.413,85
Gastos com o pessoal		1.640.857,67	1.501.746,31
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		98.793,46	90.146,63
Outros gastos		22.592,71	33.033,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		330.224,71	654.430,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		90.830,56	70.048,99
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		239.394,15	584.381,64
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		84.831,95	59.307,41
Resultados antes de impostos		154.562,20	525.074,23
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		154.562,20	525.074,23



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda
Avenida 5 de Outubro nº 124 7º
1050-061 Lisboa

Ribeira de Pena, 27 de março de 2024

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras da **Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as quais evidenciam um total de balanço de 5.145.463 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 2.693.402 euros, incluindo um resultado líquido de 154.562 euros:

1. As demonstrações financeiras representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Entidade, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património da Entidade.
2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas, incluindo as mensuradas pelo justo valor, são razoáveis.
3. Não temos conhecimento de quaisquer fatos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2023, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras da Entidade relativas ao período então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira da Entidade, os seus resultados e/ou as suas atividades.
4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afetar as demonstrações financeiras.
5. Foram-vos facultados os livros de atas das reuniões dos órgãos sociais da Entidade com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, bem como todos os



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.
7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.
8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.
9. A Entidade cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem a Entidade, envolvendo a Mesa Administrativa e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.
12. A Entidade é titular de todos os bens que integram o seu ativo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos.
13. Todo o passivo da Entidade de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a



Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'D. M. A.' and several other initials.

- compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.
14. Confirmamos que a Entidade (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade da Entidade e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.
 15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e exceto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para a Entidade.
 16. Confirmamos que não encarregámos outros advogados, para além da firma “Domingos Dias & Associados Sociedade de Advogados, R.L.”, de quaisquer processos em que a Entidade seja parte.
 17. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados os Inventários e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa ótica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.
 18. Não temos projetos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de ativos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.
 19. Não temos projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade.
 20. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras e encontram-se devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
 21. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afetem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
 22. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade da Entidade.

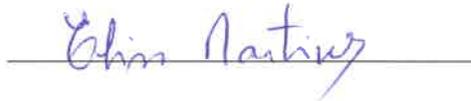


Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena
Lugar do Cavalinho
4870-150 Ribeira de Pena

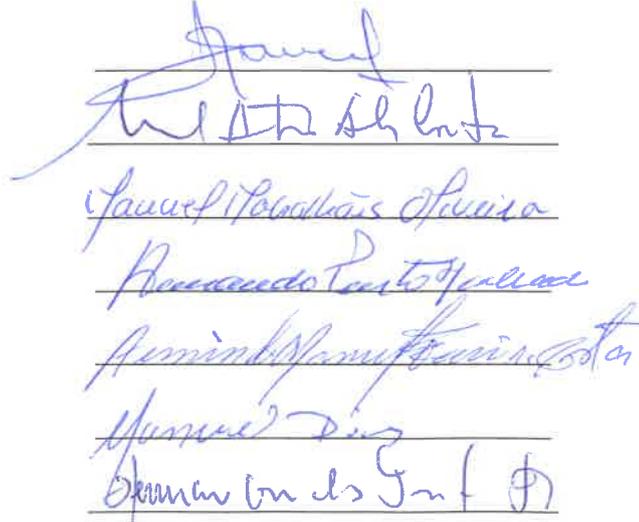
23. Todas as faturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2023, correspondem a proveitos e custos efetivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a atividade desenvolvida.
24. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
25. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efetuadas.
26. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O responsável pela Contabilidade



A Mesa Administrativa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 5.145.463 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.693.402 euros, incluindo um resultado líquido de 154.562 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Santa Casa da Misericórdia de Ribeira de Pena em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro n.º 124 7.º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |
Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

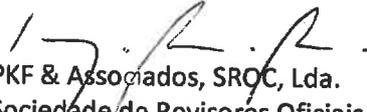
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2024



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
Tiago Romeiro Rocha (ROC n.º 1700 / CMVM n.º 20161310)

